



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682539 - MS (2021/0233296-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : TIAGO PEREIRA GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO PEREIRA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Apelação Criminal n. 0001688-53.2020.8.12.0012).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado e multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a valoração negativa das circunstâncias judiciais da culpabilidade e das circunstâncias do crime, sendo devido o afastamento das vetoriais desfavoráveis.

Defende a alteração do regime inicial para o semiaberto com fundamento no art. 33, § 2º, letra "b", do Código Penal.

Requer, liminarmente, o abrandamento do regime prisional para o semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reduzida a pena-base para o mínimo legal e alterado o modo prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência